

INSEGURANÇA PÚBLICA COMO RESULTADO DO GOLPE

Nos governos Lula e Dilma, a política de segurança pública recebeu aportes crescentes de investimento, para elevar a capacidade de ação do Estado, seja nas ações de responsabilidade do governo federal, seja articulando e apoiando as ações dos governos estaduais. São exemplos desses esforços o fortalecimento das polícias federal e rodoviária federal, o Plano Estratégico de Fronteiras, o PRONASCI, o Estatuto do Desarmamento, a construção dos presídios federais, o apoio às construções de presídios estaduais, a criação do Sistema único de Segurança Pública (SUSP) e do Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública. Tudo feito com acompanhamento e participação da sociedade, com transparência e compromisso com os direitos dos cidadãos.

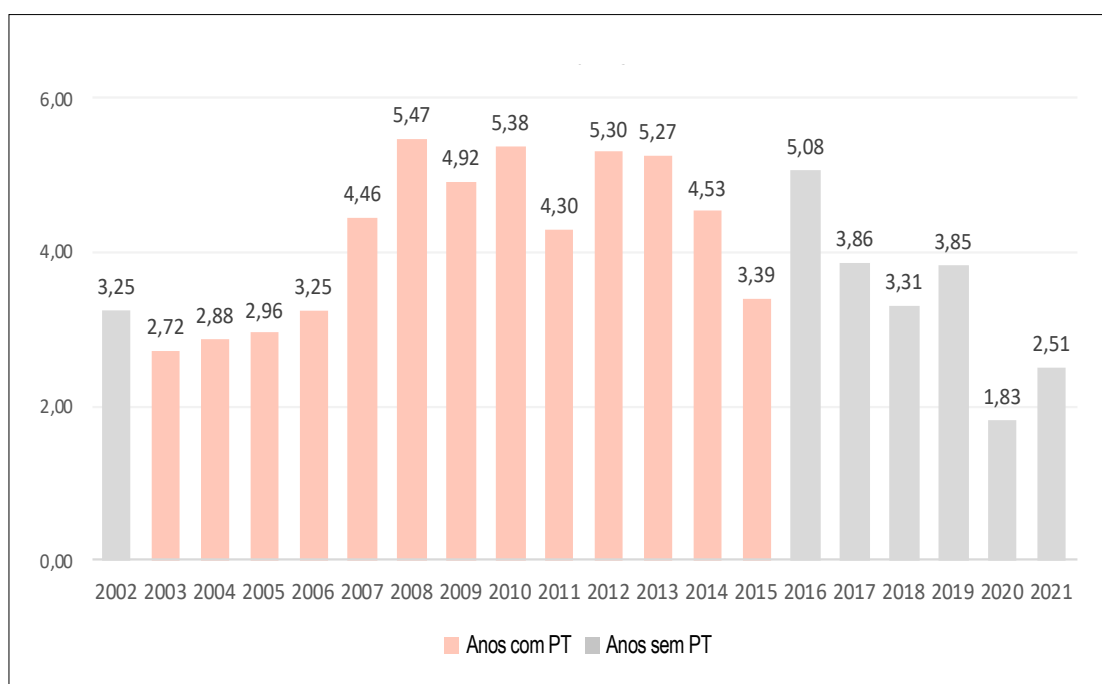
A partir do golpe, a visão sobre segurança foi alterada radicalmente, com a repressão tornando-se a principal diretriz da política pública. Menos recursos, menos compromissos com parcerias federativas e com os direitos dos cidadãos, a obstinação por destruir o Estatuto do Desarmamento, a utilização do aparato do Estado para investigações seletivas são marcas de governos pouco afeitos a uma política de segurança cidadã e democrática.

REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Os investimentos em segurança pública mudaram de patamar durante os governos do PT. Em termos reais, em 2014, o volume aplicado era 40% superior ao do último ano de governo de Fernando Henrique Cardoso.

A partir do golpe, o patamar de investimentos mudou novamente de patamar, com tendência de queda. Em 2020, o valor investido chegou ao mais baixo nível dos últimos vinte anos, correspondendo a apenas 54% do aplicado em 2015, último ano do governo Dilma. Isto mostra que a campanha do governo Bolsonaro alardeando maiores investimentos na segurança pública é falsa, como várias de suas promessas.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 - recursos empenhados; para 2021 - LOA.

*Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

O ATAQUE AO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Aprovado em 2003, o Estatuto do Desarmamento foi decisivo para conter o aumento dos homicídios por armas de fogo no Brasil. Segundo o Atlas da Violência, a taxa de crescimento deste delito diminuiu da média anual de 5,44% ao ano antes do Estatuto para 0,85% ao ano após a edição do mesmo.

Bolsonaro vem investindo firme e continuamente contra o Estatuto do Desarmamento. Nos primeiros dois anos de seu governo, editou dezenas de instrumentos legais, incluindo decretos, leis e portarias do Exército descaracterizando o Estatuto, facilitando a aquisição e porte de armas de fogo e o acesso à munição, e impondo obstáculos ao rastreamento e controle de armas e munição usados em crimes.

Com isto, nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, foram registradas 273.835 armas de fogo, um aumento de 183% em relação ao total de novos registros no biênio 2018 e 2017 (96.512). Em 2020, o número de novos registros foi o maior da série histórica, fazendo com que o número de armas em poder de civis no Brasil praticamente dobrou em relação a 2017.

Estes dados mostram que, embora os decretos mais recentes, de fevereiro de 2021, estejam com vários dispositivos com vigência suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, as mudanças já promovidas são profundas. Todas na direção de uma sociedade mais violenta, na qual o acesso a armas e munições de forma ampla amplia o potencial de confrontos e de mortos. Bolsonaro está armando o Brasil e retirando das instituições de Estado os instrumentos de controle de armas e munições, abrindo o caminho para formação de milícias e grupos paramilitares.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA VOLTA A SER INSTRUMENTO DE PERSEGUIÇÃO

Os governos pós-golpe têm agido para mudar o sistema de inteligência brasileira. Se nos governos petistas houve uma proposta de interlocução civil-militar para o setor, os governos Temer e Bolsonaro passaram a atacar a parte da estrutura que, profissionalizada, passou a ser considerada “aparelhada pelo PT”.

Sob Temer, o Gabinete de Segurança Institucional passou a ser comandado por um general que articulou o golpe. O quadro de desmonte e verdadeiro aparelhamento se ampliou no governo Bolsonaro, com as ações de inteligência perdendo progressivamente seu caráter de segurança nacional e sendo reconfiguradas, como na época da ditadura, como serviço para “segurança interna”.

Esta diretriz ficou especialmente demarcada a partir da edição do Decreto 10.455, em abril de 2020, reformulando a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Além de mais cargos, a agência ganhou uma nova estrutura, o Centro Nacional de Inteligência, com atribuições mais amplas, inclusive de troca de dados com os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência independente da justificativa ou de autorização judicial. Ainda que o Supremo Tribunal Federal tenha imposto limites à atuação da ABIN, ficou explícito o interesse do governo Bolsonaro de remontar um sistema de “arapongagem”, focando nos opositores do governo.